

**DESAFIOS E PROPOSTAS DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO À LUZ DA
DIDÁTICA PARA A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA DE JOÃO LUIZ
GASPARIN**

Larissa Messias Moraes¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma proposta de projeto a ser aplicado durante a regência na disciplina de Estágio em Ciências Sociais, partindo da didática apresentada por João Luiz Gasparin para a Pedagogia Histórico-crítica de Demerval Saviani. A didática em questão sugere que os professores, a partir de uma concepção lógica dialética, tentem superar o senso comum que está enraizado no ambiente educacional, articulando para tanto uma proposta pedagógica cujo ponto de referência seja a transformação social, e não a manutenção das suas estruturas, objetivando para tanto resgatar a importância da escola e a reorganização do processo educativo. Ao ressaltar um saber sistematizado que tenha como foco trabalhar utilizando a realidade dos educandos, o educador que trabalha norteado por esta didática torna possível não só que os alunos se identifiquem com os conteúdos ministrados em sala de aula, como também se interessem e desenvolvam o conhecimento como forma de potencializar ainda mais a sua reflexão como sujeitos ativos da sociedade. No decorrer do artigo percebemos que os princípios norteadores da didática da Pedagogia Histórico-Crítica incitam que o conteúdo a ser repassado em sala principie da sua relação com a prática, passando à elaboração teórica necessária para o desenvolvimento cognitivo sobre o conteúdo, e retornando, por fim à prática, mas trazendo as reflexões críticas acumuladas durante este processo. Partindo então do levantamento dos problemas enfrentados pela Sociologia durante o seu processo de institucionalização, podemos identificar o que ainda precisa ser feito para conseguir a sua real consolidação no sistema educacional, contribuindo, através da didática proposta, para que os professores de sociologia conquistem o reconhecimento da necessidade da sua atuação não só entre os alunos, mas também entre os docentes das outras disciplinas e de toda a comunidade.

Palavras-chave: Sociologia no Ensino Médio; didática; pedagogia histórico-crítica.

APRESENTAÇÃO

A escola é uma das principais fontes para a formação do indivíduo e para a sua inserção na vida social. É neste ambiente que se tem um encontro mais profundo com a diversidade, com a realidade e com as primeiras escolhas. Muito mais do que transmissão de

¹Graduanda em Ciências Sociais - modalidade licenciatura - pela Universidade Federal de Goiás (FCS-UFG). E-mail: larissamessi@gmail.com

conteúdos, de preparativo para o vestibular ou para o mercado de trabalho, a escola se torna foco de ensinamentos éticos e sociais, possibilitando aos alunos a oportunidade de se socializarem com as diferenças e de se prepararem para a realidade da vida em sociedade.

Se a escola como instituição remonta a cerca de vinte e cinco séculos e ainda encontra desafios para se estruturar de acordo com as singularidades de cada cultura, com a sociologia, disciplina que na educação básica soma pouco menos de um século, não seria diferente.

A sociologia como matéria obrigatória no Ensino Médio é algo certamente recente na história do nosso país, e o processo de inserção desta como disciplina obrigatória nos currículos educacionais não foi harmônico, tampouco consensual. Com um histórico de discussões acirradas que remontam há várias décadas, esta polêmica já foi alvo de vastos debates entre os grandes pensadores da educação brasileira, e mesmo assim a questão sempre esteve à mercê do contexto histórico, sendo aceita ou negada dependendo das orientações políticas de cada época.

Por ser uma disciplina "recém-nascida", portanto, ainda não muito debatida, é natural que os professores de Sociologia encontrem maiores dificuldades. Freitas aponta que a ausência de uma continuidade impediu a efetivação de uma cultura disciplinar, e esta dificuldade acabou por interferir nas diversas áreas da educação: no sistema de ensino, no corpo docente, nos procedimentos didático-metodológicos, e também nos centros de formação (FREITAS, 2007).

Por esse motivo este trabalho visa, além de realizar um breve histórico do processo de institucionalização da Sociologia na educação do Ensino Médio, também analisar as propostas feitas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e pelas Orientações Curriculares para o Ensino Médio direcionadas à disciplina de Sociologia, levantando suas contribuições e os pontos de contradições.

Além de analisar as propostas já ofertadas pelo Ministério da Educação, buscamos também ao longo do artigo identificar, à luz da didática de João Gasparin (2005) para a pedagogia histórico-crítica, uma forma de operacionalização desta metodologia, trabalhando a disciplina de Sociologia através realidade das salas de aula.

Na denominação de Saviani (1983), sucintamente, a pedagogia histórico-crítica é uma perspectiva educacional que visa resgatar a importância da escola e a reorganização do processo educativo. Nesta concepção a educação possui capacidade de interferir sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua transformação e para a consciência da determinação

exercida pela sociedade sobre a educação. De acordo com o autor, esta concepção nasceu das necessidades postas pela prática de muitos educadores, pois as pedagogias tradicionais, nova e tecnicista, não apresentavam características historicizadoras; faltava-lhes a consciência dos condicionantes histórico sociais da educação (SAVIANI, 2007). Portanto, a sua proposta pedagógica está completamente enraizada na realidade escolar.

Como muitas propostas e tendências pedagógicas foram e continuam sendo construídas no decorrer da história da educação, ao longo do tempo se tornou convencional os professores fazerem de sua prática uma miscigenação de tendências. Segundo Gasparin (2005), podemos perceber que a prática docente hoje está pautada em uma superficialidade do conhecimento sobre os fundamentos da educação.

Por este motivo analisaremos neste trabalho como a didática para a pedagogia histórico-crítica proposta por Luiz Gasparin entra em consonância com os reais objetivos pelos quais a Sociologia hoje se concretiza com uma disciplina de Ensino Médio, sendo capaz de suscitar transformações na conscientização dos educandos e demais colegas profissionais de ensino, alcançando os condicionantes sociais em prol de uma educação transformadora que supere os déficits educacionais e sociais atuais (GASPARIN, 2005).

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que a Sociologia potencializa uma compreensão ampla do mundo social, sendo um fator consciente e racional de processo social (JINKINGS, 2004), a discussão da didática proposta por João Luiz Gasparin para a Pedagogia Histórico-Crítica nos abre um vasto horizonte de possibilidades para compreendermos como orientar as práticas de ensino para a transformação da sociedade, ao invés de colaborarmos para a manutenção do sistema educacional tal qual está.

Ainda existem no Brasil poucos estudos sobre as propostas da Sociologia no Ensino Médio, e mesmo que muitos tenham foco sobre o processo de institucionalização, os desafios e as propostas curriculares já sugeridas, ainda não é unânime para os profissionais que atuam na área qual o real intuito desta como disciplina.

Por esse motivo torna-se essencial que façamos uma regressão histórica, para conhecermos os entraves do seu processo de institucionalização; um levantamento das propostas legais para o ensino da Sociologia nas salas de aula como forma de identificarmos as

correntes sugeridas pelo MEC e que predominam nas escolas Estaduais, para então encaminharmos a discussão para a didática na concepção da Pedagogia Histórico-Crítica proposta por Gasparin, como forma de orientar a atuação dos professores da disciplina, uma vez que, como veremos posteriormente, do ponto de vista prático a Sociologia é a matéria que com mais facilidade implementaria o método "prática-teoria-prática" presente nesta Pedagogia.

Desta forma, além de tornarmos o processo de aprendizagem mais dinâmico e interessante, também aproximamos a disciplina do aluno através do uso de elementos da realidade como forma de introdução teórica, conseguindo entrar em sintonia com aquilo que acreditamos ser o papel da Sociologia no Ensino Básico.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Breve histórico do processo de institucionalização

A Sociologia como disciplina na educação básica foi, durante muitos anos, foco de inúmeras objeções por parte de segmentos sociais que enxergavam na disciplina um campo fértil para debates, críticas e oposições desordeiras, o que era intolerável em uma sociedade autoritária e fechada politicamente. Por este motivo, aliado a outras resistências, a Sociologia acabou por ser excluída do Ensino Médio no meio da reforma educacional promovida pela Lei 5.692/71.

No ano de 1996 o Conselho Nacional de Educação aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que previa a inclusão obrigatória da disciplina “Sociologia” como componente curricular do Ensino Médio em todo o território nacional. Ficou então decretada, no Artigo 36 da LDB, § 1º, Inciso III, a determinação de que, “ao fim do ensino médio, o educando deve apresentar domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. (MEC, 1996, p.29)

O que supostamente já se havia finalizado em 1996, no entanto, se mostra insuficiente diante do real intuito da Sociologia, e é em 2008 que o seu maior objetivo é alcançado: a sanção da Lei 11684/2008. Essa lei alterou a redação do Art. 36 da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), revogando o terceiro parágrafo e incluindo um quarto, que inferia: “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio”. (MEC, 2010, p.29). A alteração se mostrou

crucial por diferenciar um conteúdo que poderia ser trabalhado livremente de forma interdisciplinar, de uma disciplina obrigatória, com horários e docentes definidos.

Como percebeu sabiamente Júlio Lourenço, “a volta da Sociologia aos currículos do Ensino Médio não resulta de uma postura filantrópica do Estado brasileiro; ela é oriunda de muitos conflitos e debates” (2008, p.4). Sendo assim, depois de uma longa trajetória repleta de idas e vindas, a sua reinserção na grade escolar foi enfim institucionalmente admitida. Entretanto, o que se esperava ser o fim de uma árdua batalha institucional, se mostrou uma nova luta diária para que uma disciplina “dispensável” do ponto de vista curricular fosse aceita e implementada no cotidiano das escolas e da vida dos alunos e professores.

Solucionados os problemas institucionais, restaria agora à sociologia re-estabelecer os seus objetivos e deixar explícita a sua relevância enquanto disciplina do ensino médio, buscando dimensionar o seu sentido e o que ela possui de específico que não é encontrado nas disciplinas de geografia, história ou filosofia. (SARANDY, 2001).

As propostas do Ministério da Educação para a disciplina de Sociologia

Analisemos, a princípio, o nome da disciplina: Sociologia. Quando observamos os conteúdos recomendados pelo Ministério da Educação para serem aplicados em sala de aula, percebemos que eles abrangem não só a Sociologia, mas fundamentalmente também os conteúdos de Antropologia e de Ciência Política, em proporções basicamente iguais. Em algumas obras já encontramos referência à disciplina de "Ciências Sociais" no Ensino Médio, mas como já se popularizou no Ensino Básico o nome de Sociologia, talvez alterar essa terminologia seja possível somente no meio acadêmico.

Avaliemos agora a proposta do MEC para atuação da disciplina nas escolas.

Inicialmente a proposta trazida pela LDB sugeria que os alunos apresentassem ao final do ensino médio “domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”, ou seja, que estas disciplinas carregassem o papel de formar cidadãos para o convívio harmônico em sociedade. Mas no decorrer das discussões entre os profissionais da área percebeu-se na verdade a motivação da sociologia em sala de aula estaria muito além desta dita “formação cidadã”. Os grandes seminários, encontros e discussões posteriores, que se acentuaram no ano de 1940 (JINKINGS, 2004), focaram justamente em compreender qual seria realmente essa motivação.

De acordo com Júlio César Lourenço, o principal papel da Sociologia no Ensino Médio é a “desnaturalização, o estranhamento e a tomada de consciência dos fenômenos sociais” (2009, p.3), conseguindo com isso que o aluno compreenda que a disciplina trabalha a complexidade do ser humano e as suas inter-relações com as estruturas da sociedade, conduzindo o pensamento sobre as relações sociais (desiguais), as diferentes culturas e as políticas existentes no meio social. (LOURENÇO, 2009).

Dentro desta mesma linha de pensamento, os Parâmetros Curriculares Nacionais defendem que o jovem estudante:

“Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, poderá perceber-se como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar e, até mesmo, viabilizar, através do exercício pleno de sua cidadania, mudanças estruturais que apontem para um modelo de sociedade mais justo e solidário.” (MEC, 1999, p.37)

Entretanto, na Orientação Curricular Nacional da disciplina de sociologia os autores seguem para um novo posicionamento quanto ao papel da sociologia no contexto educacional. Não só como formadora de cidadãos, quanto também não completamente voltada para o objetivo de incentivar a crítica, de acordo com as idéias deste documento, "um papel central que o pensamento sociológico realiza é a *desnaturalização* das concepções ou explicações dos fenômenos sociais" (2006, p.105), afirmando que:

“além dessa justificativa que se tornou slogan ou clichê – ‘formar o cidadão crítico’ –, entende-se que haja outras mais objetivas decorrentes da concretude com que a Sociologia pode contribuir para a formação do jovem brasileiro: quer aproximando esse jovem de uma linguagem especial que a Sociologia oferece, quer sistematizando os debates em torno de temas de importância dados pela tradição ou pela contemporaneidade.” (MEC,2006, p.105)

Outro papel destinado à sociologia pela OCN foi o de incentivar o *estranhamento* dos fenômenos sociais corriqueiros, triviais, que não necessitam de maiores explicações, tornando-os objeto de pesquisa e análise reflexiva. Entretanto, se os autores da OCN quiseram demonstrar que a sociologia em sala de aula pode se basear em explicitar as formas de organização da sociedade moderna, revelando os processos de transformação e as condições sociais que dão continuidade ao sistema vigente, neste ponto eles entram em contradição.

Incentivar a *desnaturalização* e o *estranhamento* significa implicitamente estimular os alunos à crítica do seu próprio meio social. Não há como, "observando as teorias sociológicas, compreender os elementos da argumentação – lógicos e empíricos – que justificam um modo de ser de uma sociedade, classe, grupo social e mesmo comunidade" (MEC, 2006, p.105) sem perceber as contradições internas da organização desta mesma sociedade e sem ambicionar a sua transformação. Sendo assim, a crítica se torna inevitável. Como nos diz Freire, "consciência e mundo não podem ser entendidos separadamente, dicotomizadamente, mas em suas relações contraditórias. Nem a consciência é a fazedora arbitrária do mundo, da objetividade, nem dele puro reflexo." (FREIRE, 2001, p.09)

Entretanto, como nos mostra Sarandy (2001), o pensamento crítico não se desenvolve devido à aprendizagem de algum tipo especial de conteúdo e, principalmente por isso, não podemos pensar a sociologia como uma disciplina "messiânica". A sua contribuição ao pensamento crítico, ao lado de outras disciplinas, está em promover o contato do aluno com a sua realidade de forma reflexiva, relacional, bem como o confronto com realidades distantes e culturalmente diferentes. "É justamente nesse movimento de distanciamento do olhar sobre nossa própria realidade e de aproximação sobre realidades outras que desenvolvemos a compreensão crítica." (SARANDY, 2001, p.02).

Analisando as propostas do PCNEM, percebemos que as sugestões de temáticas a serem estudadas em sala de aula tocam os principais vértices das três vertentes: Sociologia, Antropologia e Ciência Política. As sugestões são as mais diversas: analisar o conteúdo significativo do termo relação social; esclarecer sobre o surgimento, a manutenção e as mudanças dos sistemas sociais; revelar o processo histórico de construção das desigualdades sociais que aponta problemas como a exclusão social, econômica e política e a concentração de poder e de renda; definir o conceito de cultura, motivando o aluno a perceber o caráter de "construção cultural" das regras sociais; interpretar a categoria "trabalho" enquanto dimensão material e conceitual; explorar o saber antropológico que fornece instrumental de suma importância para compreender as experiências culturais, as redes de relações, os papéis sociais; expor a complexidade do conceito de ideologia; o papel da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa; as características fundamentais de uma instituição social; noções de política enquanto processo de tomada de decisões sobre os problemas sociais que afetam a coletividade; reflexões sobre os sistemas econômicos considerando algumas proposições marxistas como divisão social do trabalho, propriedade privada, materialismo dialético; formas históricas de Estado (Absolutista, Liberal, Democrático, Socialista, do Bem-

estar, Neoliberal, e o atual brasileiro); conceito de Estado (soberania, estrutura de funcionamento, sistemas de poder, etc.); e, por fim, algumas questões relevantes ao contexto social brasileiro, tais como as relações entre o público e o privado e a dinâmica entre centralização e descentralização do poder.

Percebe-se então que acima temos um aparato geral do que é estudado na graduação em Ciências Sociais e de tudo aquilo que seria ideal que os estudantes de "Ciências Sociais no Ensino Médio" apreendessem.

O que notamos, entretanto, é o conflito existente entre as propostas feitas pelo Ministério da Educação e o conteúdo possível de ser transportado para a realidade da sala de aula, que acabaria por gerar espontaneamente uma relação antagônica com a ideologia dominante que prevalece em nosso sistema de educação (BOURDIEU, 1975).

Sobre a didática para a Pedagogia Histórico-Crítica

Surgida no final dos anos 70, a Pedagogia Histórico-Crítica é um marco no movimento educacional brasileiro. Diante da insatisfação para com as análises crítico-reprodutivistas, foi se avolumando a exigência de uma análise do problema educacional que desse conta de seu caráter contraditório. Sendo assim, Demerval Saviani iniciou uma busca por saídas teóricas para esta problemática, e seus estudos resultaram em orientações com influxo na prática pedagógica, alterando-a e direcionando-a para um viés crítico de articulação com as condicionantes sociais, possibilitando sua inter relação com os interesses populares (SAVIANI, 2005).

A Pedagogia Histórico-Crítica é, portanto, o empenho em compreender a questão educacional a partir do desenvolvimento histórico objetivo, e de articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não a sua manutenção, objetivando para tanto resgatar a importância da escola, a reorganização do processo educativo, ressaltando o saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade do saber escolar (SAVIANI, 2005).

Partindo do enfoque sobre Pedagogia Histórico-Crítica, João Luiz Gasparin em seu livro "Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica" demonstra aos profissionais da educação a viabilidade desta Pedagogia ser colocada em prática em sala de aula, oportunizando assim uma prática docente comprometida com o processo ensino-aprendizagem, com a

promoção das capacidades psíquicas, promovendo a humanização dos educandos, para que estes se coloquem conscientemente no âmbito social.

A filosofia que dá bases a Pedagogia Histórico-Crítica é o Materialismo Histórico-Dialético. Nesta concepção da lógica dialética, o professor pode superar o senso comum que está enraizado no ambiente educacional promovendo uma reflexão teórica para chegar à consciência filosófica. De acordo com Gasparin (2005) este processo se dá no seguinte movimento: parte do conhecimento da realidade empírica da educação e, através do estudo da teoria, da abstração, possibilita chegar à realidade concreta da educação, realidade plenamente compreendida.

Traduzindo para a forma empírica a teoria que ele adota como princípio pedagógico, essa didática, portanto, surgiu da necessidade de construir o conteúdo partindo da prática, indo à teoria e retornando à prática. Gasparin operacionalizou as fases da Pedagogia Histórico-Crítica e buscou na teoria Psicológica Histórico-Cultural as bases para a elaboração dos conceitos científicos na escola. Essa teoria enfoca os passos do Método Dialético de Construção do Conhecimento: prática-teoria-prática.

Sendo assim, este método de ensino tem em vista estimular a iniciativa do professor, favorecendo o diálogo dos alunos entre si e com o professor, sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente. Além disso, demonstra também ser de fundamental importância levar em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão/assimilação dos conteúdos cognitivos.

Gasparin especifica cinco passos que são imprescindíveis para o desenvolvimento do educando: a Prática Social Inicial do Conteúdo; a Problematização; a Instrumentalização; a Catarse e, por último, a Prática Social Final do Conteúdo.

O primeiro passo, a Prática Social do Conteúdo, "caracteriza-se por uma preparação, uma mobilização do aluno para a construção do conhecimento escolar. É uma primeira leitura da realidade, como um contato inicial com o tema a ser estudado." (GASPARIN, 2005, p.15). Como forma de criar uma predisposição favorável à aprendizagem, o educando é levado a perceber a relação entre o conteúdo e a sua vida cotidiana, suas necessidades, problemas e interesses.

A Prática Social Inicial do Conteúdo é sempre uma contextualização do conteúdo, um momento de conscientização do que ocorre na sociedade em relação ao tópico que será

trabalhado, mostrando assim aos alunos que os conteúdos desenvolvidos em sala de aula já estão presentes na prática social.

A Problematização, que é caracterizada como segundo passo, objetiva a explicitação dos principais problemas da prática social. Este passo se torna fundamental para o encaminhamento de todo o processo de trabalho discente-docente, sendo elemento chave na transição entre a prática e a teoria. É neste momento que se inicia o trabalho com o conteúdo sistematizado.

Através deste momento o professor estimula o educando a buscar o conhecimento, sendo possível assim relacionar a prática à teoria. Para tanto, a problematização deve detectar na prática social as questões que precisam ser debatidas e assim possibilitar o levantamento do que é conhecimento necessário dominar.

O terceiro passo, a Instrumentalização, caracteriza as ações didático-pedagógicas necessárias à aprendizagem. Sendo assim, através da apresentação sistemática do conteúdo por parte do professor e por meio da ação intencional dos alunos de se apropriarem deste conhecimento, constrói-se o conhecimento científico que se torna instrumento de construção pessoal e profissional.

Uma vez que o conteúdo que os educandos vão adquirindo vai além do proposto pelo programa, envolvendo o conhecimento da própria estrutura social capitalista, este saber se constitui ao longo do tempo como instrumento para construção de uma nova postura mental, de uma ferramenta para a luta social (GASPARIN, 2005).

A Catarse, que se apresenta como o quarto passo, é a expressão elaborada da nova forma de entender a prática social. "Uma vez incorporados os conteúdos e os processos de sua construção, chega o momento em que o aluno é solicitado a mostrar o quanto se aproximou da solução dos problemas anteriormente levantados sobre o tema em questão." (GASPARIN, 2005, p.129).

Este momento consiste numa visão de totalidade integrante daquilo que antes aparecia como um conjunto de partes dispersas. O novo conteúdo de que o aluno se apropriou não é, portanto, algo dado pelo professor, mas uma construção social feita com base em necessidades criadas pelo homem, possuindo uma função explícita: a transformação social.

O passo final, a Prática Social Final do Conteúdo, define a nova proposta de ação a partir do conteúdo aprendido. O retorno à Prática Social demonstra-se, portanto, como ponto de chegada do processo pedagógico na perspectiva histórico-crítica, uma vez que "a Prática Social Inicial e a Prática Social Final constituem um todo dialético, frequentemente contraditório, no

qual se evidencia uma luta constante entre o velho e o novo" (GASPARIN, 2005, p.150), representando a transposição do teórico para o prático dos objetivos da unidade de estudo, das dimensões do conteúdo e dos conceitos adquiridos.

Portanto, os cinco passos que formam a didática da Pedagogia Histórico-Crítica exigem do educador uma nova forma de pensar os conteúdos, onde estes por sua vez devem ser enfocados de maneira contextualizada em todas as áreas do conhecimento humano, evidenciando que advém da história produzida pelos homens nas relações sociais de trabalho.

Objetivando um equilíbrio entre teoria e prática, esta didática envolve os educandos em uma aprendizagem significativa dos conhecimentos científicos e políticos, para que estes sejam agentes participativos de uma sociedade democrática e de uma educação política.

Contribuições desta didática à disciplina de Sociologia

O conhecimento sociológico sistematizado possibilita ao educando construir uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno. Conseqüentemente, ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, este educando poderá perceber-se como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar e, até mesmo, viabilizar, através do exercício pleno de sua cidadania, mudanças estruturais que apontem para um modelo de sociedade mais justo e solidário.

Sendo assim, o fundamental desafio dos pesquisadores e docentes comprometidos com o ensino de sociologia é a construção de metodologias que busquem construir significados de alguns conceitos das Ciências Sociais para a vivência dos alunos do Ensino Médio, conseguindo com isso apresentar o desvelamento de relações sociais, fazendo com que o estudante pouco a pouco construa sua percepção sociológica dos fatos sociais a partir de um referencial metodológico de análise, orientado teoricamente pelo professor (CHAGAS, 2009).

Uma vez que a didática da Pedagogia Histórico-Crítica nos traz a necessidade de uma metodologia de ensino que passe pelas etapas dialéticas da prática-teoria-prática, e que um dos principais objetivos do processo de formação do raciocínio sociológico é incitar o aprendizado de novos conceitos como forma de gerar dúvidas nos estudantes, construindo com eles conhecimentos que tenham significância e que façam sentido em suas práticas cotidianas, percebemos que tanto a didática de Gasparin quanto a Sociologia como disciplina já trazem em si muitos pontos em comum.

Um dos principais papéis da Sociologia no Ensino Médio é promover a desnaturalização, o estranhamento e a tomada de consciência dos fenômenos sociais, na

intenção de superar o senso comum que está enraizado no ambiente educacional. Analisando, portanto, a didática da Pedagogia Histórico-Crítica, descobrimos que uma das suas principais funções é privilegiar a contradição, a dúvida, o questionamento, despojando os conteúdos de sua forma naturalizada, pronta e imutável, tendo como ponto de partida a realidade social mais ampla (GASPARIN, 2005, p.03).

Ao professor de Sociologia são concedidas duas escolhas metodológicas: apresentar aos alunos as teorias e o conhecimento necessário para poderem desenvolver o conhecimento sobre a sociedade em que vivem; ou apresentar a sociedade em que estes alunos vivem para posteriormente elaborar o conhecimento que precisam desenvolver visando compreender a lógica do seu funcionamento e os fatores determinantes dos processos sociais, podendo assim enxergar a si mesmos como sujeitos transformadores desta sociedade. E a didática da Pedagogia "Dialética" (SAVIANI, 2005, p.82) sugere exatamente a segunda metodologia.

Desse modo, os questionamentos abrem caminho para o aprendizado de novos conceitos, que se formam no confronto e no questionamento com outros já consolidados pelo senso comum, gerando dúvidas nos estudantes e a necessidade de procurar resolvê-las (CHAGAS, 2009). Para isso, a didática de Gasparin vem fortalecer exatamente esta sustentação teórica necessária para que o professor consiga trabalhar uma diversidade de conceitos em sala de aula de maneira apropriada para o amadurecimento reflexivo de seus alunos.

O autor acrescenta que:

"Desenvolver ações reais e efetivas não significa somente realizar atividades que envolvam um fazer predominantemente material (...). Uma ação concreta, a partir do momento em que o educando atingiu o nível do concreto pensado, é também todo o processo mental que possibilita análise e compreensão mais amplas e críticas da realidade, determinando uma nova maneira de pensar, de entender e julgar os fatos, as idéias. É uma nova ação mental." (2005, p.146)

Os assuntos propostos para compor o currículo da disciplina como, por exemplo: o processo histórico de construção das desigualdades sociais; a concentração de poder e de renda; o conceito de cultura; o conceito de ideologia; o papel da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa; noções de política; etc., já trazem em si tanta conexão com a realidade dos alunos e com as suas experiências diárias que é inevitável, mesmo que o professor não tenha a iniciativa de realizar a conexão do teórico com o real, que o aluno não faça por si mesmo esta relação, pelo menos com os conceitos mais sugestivos.

Contudo, se partimos do pressuposto de que os alunos se identificam e se dispõem com mais facilidade para o conhecimento quando este se mostra relacionado aos aspectos da sua vida real (GASPARIN, 2005), então podemos imaginar que normalmente muitos frutos poderão ser colhidos se o professor apresentar a iniciativa de trabalhar o conteúdo com base nos cinco passos propostos na didática de Gasparin.

Esta didática contribui, portanto, para que a Sociologia se consolide como uma disciplina respeitada no meio educacional e para que tanto alunos quanto professores, e também a comunidade em geral, a reconheçam como necessária para que o processo de ensino-aprendizagem saia da simples transmissão de conteúdos para a formação de sujeitos críticos, preparados para a realidade da sociedade e capazes de compreender o todo maior que orienta não só a educação, mas todas as formas de organização social.

OBJETIVOS

- Analisar as diferentes formas de se mediar o conteúdo curricular da disciplina de Sociologia através da didática para a pedagogia histórico-crítica.
- Identificar, à luz da didática de João Gasparin como se daria a implementação desta metodologia nos planos de aula da disciplina de Sociologia.
- Verificar como a referida didática se adéqua à realidade do ensino de Sociologia em sala de aula e em que contribui para a consolidação desta disciplina.
- Trazer à disciplina de sociologia a possibilidade de uma concreta prática docente e discente da pedagogia histórico-crítica, consoante com os objetivos reais desta disciplina.
- Levantar as dificuldades atuais da Sociologia no Ensino Médio e explicitar as contribuições da didática para a pedagogia histórico-crítica dentro do processo de inserção da referida disciplina.
- Possibilitar ao educando perceber-se como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar a realidade do meio social em que atua.
- Identificar as dificuldades e as contribuições desta didática para a prática de ensino da Sociologia.

METODOLOGIA

Este trabalho visa a operacionalização da metodologia proposta pela Pedagogia Histórico-Crítica na prática de ensino em sala de aula. Portanto, através do levantamento das dificuldades iniciais pela inserção da Sociologia na grade curricular do Ensino Básico e das propostas feitas pelo Ministério da Educação visando nortear a atuação desta disciplina, direcionaremos as orientações da didática de Gasparin para a atuação individual dos profissionais da área.

Inicialmente verificaremos hipoteticamente como se aplicariam as orientações do autor aos docentes para a elaboração e execução dos projeto de trabalho na perspectiva Histórico-Crítica. Partindo da proposta, percebemos que em si a Sociologia é uma disciplina que teria muita facilidade de partir da prática e da realidade dos alunos para então introduzir os elementos teóricos, talvez por essa prática já fazer parte da proposta de "estranhamento" de "desnaturalização" da vida social.

Utilizando então os anexos da obra de Gasparin, que nos mostram como se construir e executar um projeto de trabalho na perspectiva docente-discente na perspectiva histórico-crítica, construiremos um plano de aula para ser aplicado nas aulas da disciplina de Sociologia.

Uma vez que os alunos se dispõem mais facilmente para o conteúdo proposto quando percebem a inter relação que este possui com a sua vida real, observaremos qual a reação desses alunos quando, ao iniciar a exposição, o professor abordar a temática pelos assuntos que eles já conhecem, que eles imaginam e pressentem sobre do que se trata o conteúdo.

Informando aos alunos no início da aula que teremos uma abordagem diferenciada sobre o tema, será possível, ao final desta, levantar observações e depoimentos dos alunos sobre quais foram os efeitos desta didática no seu processo de aprendizagem e quais os impactos desta dialética no modo em que eles percebem as intenções da disciplina de Sociologia.

Após o período da aula, analisando as impressões do professor sobre o conteúdo ministrado e conhecendo o pensamento dos alunos sobre este, será possível identificar os pontos do plano de aula que ainda precisam ser aprimorados.

RESULTADOS

A presente proposta refere-se a um projeto a ser aplicado como orientação didático-metodológica durante as experiências de regência nas disciplinas de Estágio Supervisionado. Espera-se que a sua realização traga novos saberes e grandes contribuições não só para a licenciatura em Ciências Sociais como também para a Escola-campo em que será executado.

REFERENCIAL TEÓRICO

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975

Brasil. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB : **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

CHAGAS, S. E. A. **O raciocínio sociológico como ferramenta pedagógica nas aulas de sociologia.** Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, v. 2, p. 01-09, 2009. Disponível em: < <http://ebookbrowse.com/artigo-o-racioc%C3%8Dnio-sociol%C3%93gico-como-ferramenta-pedag%C3%93gica-nas-aulas-de-sociologia-pdf-d74682166>> Acesso em: 18/03/2011

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios** / Paulo Freire - 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001 (Coleções Questões de Nossa Época; v. 23)

FREITAS, R. A. **Estágio Supervisionado: espaço privilegiado de formação na licenciatura em Ciências Sociais.** XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife PE. 29 de maio a 1º de junho de 2.007 (Mimeo).

GASPARIN, J. L. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

JINKINGS, N.M.T. **A disciplina de Sociologia no Ensino Médio**. 2004. Disponível em: <
<http://www.praxis.ufsc.br:8080/xmlui/bitstream/handle/praxis/71/sociologia%20ensino%20medio.pdf?sequence=1>>. Acesso: em 18/03/2011.

LOURENÇO, Júlio César. **Finalidades, Metodologias e Perspectivas do Ensino de Sociologia no Ensino Médio**. Revista *Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 67-84, dez. 2008. Semestral. Disponível em: <http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/6finalidades.htm>. Acesso em 30/02/2011

MEC. Conhecimentos de sociologia. In: **Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2006. p. 99-133. (Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Conhecimentos de Sociologia, v, 3).

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec/MEC), 1999

SARANDY, Flávio. “**Reflexões acerca do sentido da sociologia no Ensino Médio**”. In: *Espaço Acadêmico – Revista Eletrônica Mensal*, Ano I, nº. 05, outubro de 2001. ISSN: 1519.6186.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.